

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (FFLCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
XIII SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

POLICIES MAKE POLITICS:
**LEGADOS DE POLÍTICA NOS CASOS DO BOLSA FAMÍLIA
(BRASIL) E RENTA DIGNIDAD (BOLÍVIA)¹**

Alina Ribeiro

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (DCP-USP)

¹ Trabalho preparado para apresentação no XIII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 25 a 29 de setembro de 2023.

POLICIES MAKE POLITICS:
LEGADOS DE POLÍTICA NOS CASOS DO BOLSA FAMÍLIA (BRASIL) E
RENTA DIGNIDAD (BOLÍVIA)

Resumo: No Brasil e na Bolívia, após anos da esquerda no poder e dados os processos de desmantelamento iniciados com os golpes de 2016 e 2019, importa saber se as instituições resistiram às tentativas de desinstitucionalização e desdemocratização. Essa pesquisa, ainda em andamento, foca nas trajetórias de duas políticas sociais: o Bolsa Família no Brasil e o *Renta Dignidad* na Bolívia. Para isso, busco responder às seguintes questões: quais os legados políticos desses programas sociais? Como esses programas de transferência de renda têm impactado a distribuição dos interesses na sociedade? Houve desmantelamento e/ou desinstitucionalização pelos governos de extrema-direita dos últimos anos? A pesquisa é qualitativa, com utilização de fontes primárias e secundárias: documentos disponíveis nas páginas oficiais dos respectivos governos e relatórios de instituições nacionais e internacionais, bem como de centros de pesquisa sobre pobreza e desigualdade. Foi utilizada a literatura do campo de estudo das Políticas Públicas para articulação de conceitos-chave com os casos estudados. Esses dois programas sociais apresentam forte institucionalidade e criaram classes de beneficiários para os quais tendem a convergir diferentes partidos do espectro político, que visam ganhos eleitorais. Não obstante, as tentativas de desinstitucionalização se deram de formas diferentes nesses dois países. Enquanto no Brasil o Bolsa Família sofreu ataques retóricos e de fato ao longo dos governos Temer e Bolsonaro (neste último sendo substituído pelo Auxílio Brasil), na Bolívia o governo de Áñez não buscou desintegrar a estrutura do *Renta Dignidad*, nem mesmo retoricamente. Esses programas sociais e as classes de beneficiários criadas por eles se institucionalizaram e complexificaram ao longo do tempo, e o custo político da mudança tem sido alto.

Palavras-chave: Brasil; Bolívia; Bolsa Família; Renta Dignidad; extrema-direita

Introdução

As primeiras décadas dos anos 2000 na América Latina foram marcadas por três fenômenos: o *boom* das *commodities*, políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e a ascensão de governos de esquerda, fenômeno nomeado de Onda Rosa. Esses três fenômenos estiveram presentes tanto no Brasil como na Bolívia.

Nesse trabalho, foco nas trajetórias de longo prazo da política social (HUBER; STEPHENS, 2013), a fim de compreender as resistências e retrações em torno dos

Estados de bem-estar social latino-americanos que vinham sendo estruturados desde o período de redemocratização nos anos 1980. Parto da ideia de que as políticas sociais criam classes de beneficiários para as quais tendem a convergir diferentes partidos do espectro político, que visam, sobretudo, obter sucesso eleitoral.

Brasil e Bolívia, embora diferentes em diversos aspectos, tiveram uma trajetória semelhante nas últimas décadas. Ambos passaram por períodos ditatoriais iniciados em 1964 e terminados na década de 1980 e, nos anos 2000, elegeram governos de esquerda que se beneficiaram da produção e exportação de *commodities* e promoveram políticas sociais de redução da pobreza e até mesmo da desigualdade.

No Brasil, já no fim da década de 1980, as elevadas taxas de participação eleitoral combinadas à constitucionalização dos direitos sociais converteram os beneficiários de políticas sociais em categorias concentradas de eleitores, e partidos conservadores e de esquerda tendem a convergir para atender suas necessidades (ARRETCHE, 2017). Na Bolívia, a partir da Revolução de 1952, momento no qual as massas camponesas indígenas foram incorporadas ao eleitorado (KLEIN, 2016), os partidos e seus candidatos, concomitante à necessidade de se articular com as elites políticas e econômicas, se viram pressionados a atender também as populações indígenas e mestiças que representavam desde sempre a maior parte do eleitorado (Idem, p. 289). Não obstante estas populações apresentassem taxas significativas de pobreza e analfabetismo, possuíam um alto potencial de mobilização política através de seus sindicatos e organizações comunitárias. Simultaneamente, novos líderes políticos indígenas, organizados nestes mesmos sindicatos e organizações, emergiram na cena política.

Esses dois países apresentaram redução dos níveis de pobreza e melhora no coeficiente de Gini. A valorização do salário mínimo e a implementação de programas sociais não contributivos ajudam a compreender esses avanços na distribuição da renda no período analisado. No entanto, esses dois países passaram por profundas crises políticas que culminaram na interrupção de mandatos presidenciais (o Brasil em 2016 e a Bolívia em 2019).

O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, e o *Movimiento al Socialismo* (MAS) na Bolívia reassumem o poder hoje em um contexto diferente daquele do começo dos anos 2000, dado que a América Latina vivencia um período de menos convergência

ideológica que na Onda Rosa, o dinamismo econômico arrefeceu e a pobreza volta a ser um problema premente na região, em especial pelo efeito devastador da pandemia do coronavírus.

A estruturação e os resultados dos programas sociais brasileiros e bolivianos têm sido bastante estudados devido à efetividade demonstrada ao longo dos anos na distribuição de renda e redução da pobreza. O objetivo deste trabalho é compreender como esses programas resistiram no contexto dos governos de direita dos últimos anos (Jair Bolsonaro no Brasil, e Jeanine Áñez na Bolívia). Busco entender a resistência das instituições de políticas sociais em contextos diferentes daqueles em que foram criadas.

Para entender essa resistência (ou a falta dela), este estudo aborda dois programas sociais de grande importância na redução da pobreza: o Programa Bolsa Família, lançado em 2003 pelo governo de Lula da Silva no Brasil, e o Programa *Renta Dignidad*, lançado em 2008 pelo governo de Evo Morales na Bolívia. Os dados referentes ao coeficiente de Gini dos países, e características dos programas sociais foram extraídos do sistema da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), via *CEPALstat* e Base de dados de programas de proteção social não contributiva (ambos vinculados à CEPAL).

Entender a dependência de trajetória dos Estados de bem-estar brasileiro e boliviano, bem como suas diferenças, ajuda a compreender como essas instituições resistiram (ou não) ao processo de desinstitucionalização dos últimos anos. Ajuda também a visualizar os legados dessas políticas. Busco entender se a teoria dos recursos de poder se aplica nos casos estudados, já que essa teoria pressupõe "a distribuição de poder baseada na organização ou propriedade entre organizações trabalhistas e partidos de esquerda, por um lado, e forças políticas de centro e de direita, por outro lado, como determinantes primários de diferenças no tamanho e impacto distributivo do estado de bem-estar entre os países e ao longo do tempo" (HUBER; STEPHENS, 2013, p. 14).

Em recente artigo, Milanovic aponta que a desigualdade global (medida entre os países) caiu, mas a desigualdade interna tem aumentado em países como China, Índia, Rússia e Estados Unidos. A América Latina tem resistido a essa tendência, sobretudo "por meio de amplos programas redistributivos na Bolívia, Brasil, México e outros lugares" (MILANOVIC, 2023, *online*, tradução nossa). Entender a manutenção das políticas sociais é, possivelmente, o caminho para a superação dos movimentos de retração e

desmantelamento pela ascensão de governos de extrema-direita não apenas na região latino-americana, mas em todo o mundo.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresento o referencial teórico e as literaturas que permeiam a análise. Na segunda, caracterizo os anos 2000 no Brasil e na Bolívia no que concerne aos três fenômenos aqui evidenciados, enfatizando o combate à pobreza e às desigualdades. Para tanto, faço um breve recuo à década de 1980, período de redemocratização nos dois países, mas que ocorreu de formas bastante diferentes. Na terceira parte, por fim, analiso o Bolsa Família e o *Renta Dignidad* durante os governos de Jair Bolsonaro e Jeanine Áñez.

1. Democracia, desigualdade e políticas sociais

A literatura de Ciência Política tem estabelecido uma correlação entre a democracia e a redução da desigualdade. Numerosos estudos destacam que a adoção do sufrágio universal contribui para a redução da desigualdade uma vez que incorpora ao eleitorado parcela dos cidadãos excluídos de direitos sociais. Essa redução, a variar pela teoria, ocorre por diversos mecanismos. Entre as proposições canônicas da Ciência Política está a do eleitor mediano, segundo a qual a redução se dá pela posição desse eleitor que, por ter a renda inferior à renda média, vota a favor de maior redistribuição (MELTZER; RICHARD, 1981). Essa inclusão eleitoral tende a gerar uma pressão por maior redistribuição da renda.

Por outro lado, autores como Esping-Andersen (1991) e Huber e Stephens (2013) afirmam que, quando existem maiorias formadas por partidos de esquerda no parlamento, a tendência é a adoção de políticas mais redistributivas. Sociedades capitalistas são estruturalmente assimétricas na distribuição de poder, e, por conta dessa assimetria, resultam em desigualdade social. Destarte, para promover redistribuição seria preciso descentralizar o poder. Sob a perspectiva da teoria dos recursos de poder, a teoria do eleitor mediano falha em não considerar a desigualdade *de poder* entre os indivíduos dentro de uma sociedade capitalista e democrática, bem como ignora os possíveis grupos de interesse que se fazem presentes no processo político (HUBER; STEPHENS, 2013).

Assim, para a teoria do eleitor mediano a democracia é condição suficiente para uma maior redistribuição; já para a teoria de recursos de poder, a democracia é necessária,

mas não basta. Faz-se necessária a organização da classe trabalhadora em sindicatos e partidos políticos para que, de forma organizada, possam projetar suas demandas por maior distribuição ao governo eleito.

Skocpol (1992) enfatiza a necessidade de analisar historicamente os processos de formação do Estado a longo prazo, pois estes influenciam em grande medida as oportunidades que possibilitaram a criação das políticas sociais:

[...] os processos de formação do Estado de longo prazo, que incluem sequências de guerras e revoluções, juntamente com a elaboração de constituições, democratização eleitoral e várias formas de burocratização administrativa, podem ter tido tanto ou mais impacto quanto as transformações socioeconômicas sobre os contextos em que as políticas sociais foram moldadas (SKOCPOL, 1992, p. 39, tradução nossa).

Essas políticas, ao longo do tempo, criam legados por mecanismos diferentes. Segundo Pierson (2001), mudanças radicais nas políticas sociais enfrentam certas resistências por conta da "fixação" (*stickiness*) dos arranjos políticos existentes. O autor apresenta duas características que podem obstaculizar mudanças radicais nas políticas: os pontos de veto e processos "dependentes de caminho" (*path dependent*). No que concerne ao mecanismo de *path dependence*, "o fator crucial é a presença de retornos crescentes, o que encoraja os atores a se concentrarem em uma única alternativa e a continuar o movimento em um determinado caminho uma vez que os passos iniciais são dados" (PIERSON, 2001, p. 415, tradução nossa).

Dado que políticas criam novas classes de beneficiários, afetam as identidades e as preferências dos atores, bem como suas estratégias e recursos, em muitos casos partidos que ascendem ao poder com agendas diferentes dos partidos anteriores não buscarão descontinuar políticas que definem e atingem essas classes de beneficiários. O custo da mudança acaba sendo bastante alto, comprometendo a própria governabilidade.

Os políticos, ao calcularem os custos e benefícios do desmantelamento de políticas com base nas suas percepções, podem optar por acionar mecanismos de *blame avoidance* (desmantelamento discreto), *credit claiming* (reivindicação de crédito) ou por dispersar a culpa dos cortes para outros níveis de poder, por exemplo (BAUER; KNILL, 2012). Em sistemas com alta dispersão de poder, os pontos de veto são mais numerosos e, portanto, o desmantelamento de políticas tende a ser realizado de maneira mais incremental, utilizando-se o mecanismo de *blame avoidance*.

Na América Latina dos anos 2000, estudos apontam que foi quando a esquerda esteve no poder que as desigualdades foram reduzidas de maneira mais rápida, dada a maior propensão ao gasto social. Segundo Feierherd et. al. (2023), governos de esquerda são mais propensos a conceder aumento real do salário mínimo, implementar sistemas de pensões e expandir a receita tributária total em um ritmo mais alto que governos de não-esquerda. Esse efeito seria mais forte caso existam maiorias sólidas de esquerda no Congresso.

Os autores acreditam, no entanto, que o *boom* das *commodities* não foi condição necessária para a queda na desigualdade de diversos países latino-americanos (Chile, Peru, Brasil, Equador, Argentina, Bolívia, entre outros). Nesse contexto, o partidarismo do governo importa, porque governos de esquerda são mais propensos a implementar políticas redistributivas.

No que concerne à queda da desigualdade latino-americana nos anos 2000, "17% da queda na desigualdade na década de 2000 pode ser atribuída à introdução de transferências de renda mais generosas e progressivas (transferências condicionadas de renda [...] e pensões sociais" (FEIERHERD ET AL., 2023, p. 110). Contudo, é importante salientar que os países que reduziram a pobreza nos anos passados paradoxalmente viram também surgir e se fortalecer a presença de partidos de direita, que buscam justamente conter as coalizões majoritárias da esquerda.

Os *welfare states* na América Latina foram expandidos com a consolidação da democracia (NIEDZWIECKI; ANRIA, 2019; HUBER; STEPHENS, 2012). Não obstante, desde 2015 observa-se um deterioramento nos níveis de bem-estar da população, um estancamento dos avanços educativos e uma retração na redução da pobreza (CEPAL, 2022). A pandemia do coronavírus tornou esse cenário ainda mais crítico e criou defasagens educacionais² que impactam diretamente o desenvolvimento das desigualdades no futuro. A esses problemas, somam-se o avanço do conservadorismo religioso na região, bem como movimentos de direita radical e extrema-direita, que conseguiram, em alguns países, chegar ao poder.

² Segundo a CEPAL, "a América Latina e o Caribe é uma das regiões do mundo que interrompeu as aulas presenciais por períodos mais prolongados, o que supõe uma descontinuidade dos estudos ou um acesso por via remota para uma geração de estudantes durante dois anos acadêmicos" (CEPAL, 2022, p. 14, tradução nossa). Isso afeta diretamente a dimensão não monetária da desigualdade econômica na região e em especial no Brasil. Na Bolívia, o *Bono Juancito Pinto*, explicado mais à frente, poderá servir de incentivo à permanência de crianças e jovens na escola.

2. Onda Rosa, boom das commodities, inclusão social

Segundo Huber e Stephens (2013, p. 21), "a força dos partidos de esquerda moldou a política social e a desigualdade na América Latina". Os anos 2000 na América Latina foram marcados por três fenômenos: o *boom* das *commodities*, a Onda Rosa e o lançamento de programas sociais. Houve mobilizações sociais em diversos países e pela ascensão de governos de esquerda, fenômeno que ficou conhecido na literatura como Onda Rosa: esses governos, embora com uma agenda à esquerda, continuaram se beneficiando do mercado e adquirindo grandes quantias financeiras provenientes da situação positiva ocasionada pelo *boom* das *commodities*.

Em 2008, todos os países latino-americanos, exceto Cuba, Haiti e Venezuela, haviam lançado programas de transferência condicionada de renda que cobriam entre 12% e 100% da população pobre de cada país (DIAZ-CAYEROS; ESTÉVEZ; MAGALONI, 2016). No que concerne à desigualdade, o período foi marcado pela queda do coeficiente de Gini e pelo lançamento de programas sociais destinados à redução da pobreza.

No Brasil, a reorganização partidária ocorrida após o fim do período militar foi elemento central para que novos partidos acendessem à arena política, comprometidos com a participação da sociedade civil na política e com uma maior distribuição de renda. O país foi o único da América do Sul a realizar mudanças constitucionais no período de redemocratização (BEZERRA, 2020). O Partido dos Trabalhadores (PT) governou o país por 13 anos, com as presidências de Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Durante os governos da coalizão liderada pelo PT, um conjunto de políticas públicas foi implementado para combater a pobreza e a desigualdade, focalizando, por exemplo, na redução da fome e na valorização do salário mínimo (ARRETCHE, 2018; KERSTENETZKY, 2017). Isso levou a uma melhora significativa nos indicadores sociais do país. A valorização do salário mínimo atingiu significativamente a desigualdade, já que o valor mínimo dos benefícios sociais desde a Constituição Federal de 1988 está indexado no salário mínimo. Desde 2016, no entanto, a descontinuidade das políticas públicas redistributivas somadas à Emenda Constitucional 95 reverteram esse quadro de ampliação dos direitos sociais.

Na Bolívia, passado o período ditatorial, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), partido tradicional que predominou na cena política desde a Revolução de 1952, voltou ao poder, dando início ao período de democracia pactada no qual três partidos tradicionais (MNR, Movimiento de Izquierda Revolucionaria - MIR, e Acción Democrática Nacionalista - ADN) revezaram o poder até 2005, ano da eleição de Evo Morales em 2005.

Muito embora as eleições de 2002 tenham sido um movimento claro de distanciamento das políticas neoliberais, foram as eleições de 2005 que formalizaram esta tendência e colocaram um fim mais enfático no período de democracia pactada. O partido *Movimiento al Socialismo* (MAS), abrindo mão de propostas profundamente radicais, soube captar as demandas e os interesses dos movimentos sociais que estavam mobilizando a cena política, e passou a apoiar a agenda que emergiu em meio aos intensos levantes dos últimos anos (FREITAS; AMARAL, 2007).

Nas eleições de 2005, o MAS e o *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP), partidos que emergiram na cena política apenas nos anos 2000, obtiveram 1,6 milhões de votos dos 2,9 milhões de votos totais, ou seja, 56% dos votos (KLEIN, 2016, p. 345). Isso indica que os partidos tradicionais vivenciaram um colapso e novos partidos, com agendas mais distributivas emergiram. Além disso, os votos destinados ao MAS foram expressivos não apenas nas votações presidenciais, mas também no Senado e no Congresso. O partido obteve 12 dos 27 assentos do Senado, e 72 das 130 vagas disponíveis para deputados (KLEIN, 2016).

A chegada de Morales à presidência foi o ápice da efervescência dos movimentos sociais que vinham se expressando de maneira mais coordenada desde a Guerra da Água em 2000. O novo governo abriu as portas do debate político para os movimentos sociais e incorporou indígenas, camponeses e dirigentes sociais na estrutura estatal (MARIÑELARENA, 2020). Dentre os primeiros feitos do governo, destacam-se a nacionalização dos hidrocarbonetos, a abertura de uma Assembleia Constituinte e, posteriormente, a promulgação de uma nova constituição que refundou o Estado boliviano, que passou a ser Plurinacional.

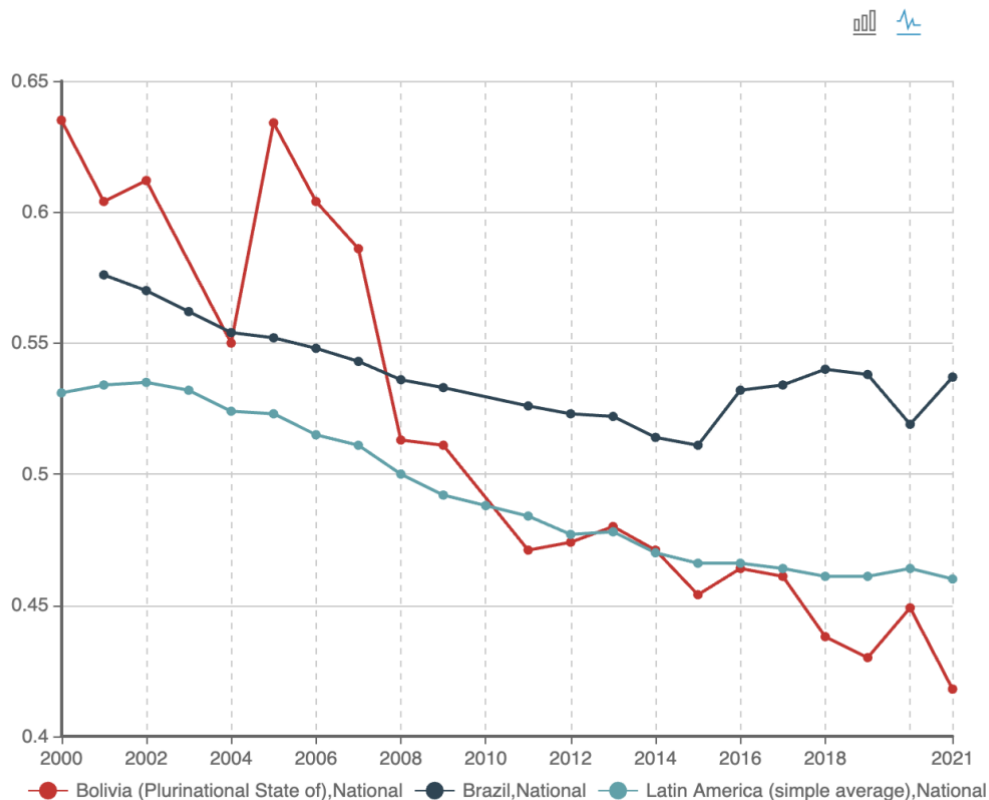
No Brasil e na Bolívia, a redução do coeficiente de Gini foi bastante significativa, até mesmo quando comparada à média latino-americana:

Gráfico 1 - Coeficiente de Gini no Brasil, na Bolívia e na América Latina entre 2000 e 2021

Demographic and social / Social / Income distribution

Gini coefficient

(Values between 0 and 1)



Source: CEPALSTAT - ECLAC - UNITED NATIONS

Dentre as três trajetórias apresentadas acima, destaca-se a forte redução da desigualdade na Bolívia, que reduziu seu coeficiente de Gini de 0.62 para 0.42. No mesmo período, a pobreza moderada sofreu uma queda de 27% pelo avanço da distribuição de renda, por meio da valorização do salário mínimo e dos programas de redução da pobreza. Dentre todos os países latino-americanos - que, como se sabe, apresentaram diminuição da pobreza - a Bolívia registrou o maior declínio entre 2000 e 2014.

Segundo Arretche (2018, p. 3), no Brasil, o *boom* das *commodities* favoreceu a queda da desigualdade de renda, já que gerou demanda por empregos, aumentando assim o poder de barganha dos trabalhadores, que agora podiam pressionar por ganhos e/ou aumentos salariais; para além disso, "expandiu as receitas governamentais sem que políticas impopulares de taxação fossem necessárias". Embora as pessoas extremamente pobres tenham obtido limitados ganhos de renda no governo de Fernando Henrique

Cardoso (1995-2002), os maiores ganhos relativos de renda foram possibilitados no governo Lula (Idem). Foi entre os anos 2003 e 2014 que o Brasil mais reduziu a pobreza absoluta, desde 1976 (KERSTENETZKY, 2017).

Na Bolívia, os recursos obtidos a partir da extração dos recursos naturais foi convertido em investimento em programas sociais. Essa conversão foi estabelecida pelo próprio programa de governo (BOLÍVIA, 2011), segundo o qual o Estado assumia um papel redistribuidor, seguindo um padrão de desenvolvimento industrializador com desenvolvimento produtivo. O lançamento dos programas sociais ampliou a democratização no acesso aos recursos no país, mas os programas estiveram aliados - e condicionados - à atividade extrativa, sobretudo de gás natural, base da economia boliviana. Segundo Diaz-Cayeros, Estévez e Magaloni (2016, p. 40), "antes da chegada de Evo Morales à presidência em 2005, a democracia na Bolívia trouxe muito pouco para os pobres".

Nos dois casos, a desigualdade foi reduzida principalmente pelo lançamento de programas sociais de redução da pobreza. No Brasil, o Programa Bolsa Família tem sido o mais considerável, e é o programa de transferências condicionadas mais abrangente da região latino-americana. Lançado em 2003 e tornado lei em 2004, se constitui em um programa intersetorial de transferências condicionadas não contributivo destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O programa ampliou e reorganizou programas de transferência de renda criados na gestão Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

No que tange à implementação do programa, Bichir (2016, p. 51) chama atenção para o processo de institucionalização e padronização dos programas de transferência de renda no Brasil, "marcado por importantes escolhas políticas". A partir de experiências iniciais e isoladas, ocorridas em alguns municípios a partir dos anos 1990, o governo FHC deu início a um processo de nacionalização e padronização dessas políticas, sobretudo no caso do Bolsa Escola. Foi no governo Lula que essas políticas, agora unificadas, chegaram a um outro patamar, agora com grande cobertura e sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Bolsa Família inaugurou, portanto, um novo patamar de transferências de renda - no que tange às diversas fases do ciclo de políticas públicas: desenho, cobertura,

focalização e desenvolvimento de estratégias de coordenação e articulação intersetorial. O programa é o benefício mais bem focalizado do país (SOUZA ET AL., 2019) e, embora ainda enfrente desafios em termos de intersectorialidade, gerou impactos na distribuição de renda, arrefecendo as desigualdades.

A Bolívia, um dos países mais pobres da América Latina, apresentou quedas dramáticas de desigualdade e pobreza a partir do começo dos anos 2000. Sem um programa nacional que unificasse políticas setorizadas, foram três os principais programas que avançaram na distribuição de renda e redução das desigualdades. O *Bono Juancito Pinto* foi criado em 2006 via Decreto Supremo n. 28899, no ano do início do governo Morales, e se constitui em um programa de transferência de renda condicionada que incentiva a matrícula, permanência e culminação de crianças nas escolas (BOLÍVIA, 2006). A cobertura do programa foi ampliada em diversas ocasiões (CEPAL, 2023).

O *Bono Juana Azurduy*, criado em 2009 via Decreto Supremo n. 0066, é um programa de transferência de renda condicionada direcionado a mulheres gestantes e mães ou cuidadoras de crianças de 0 a 2 anos de idade, mediante cumprimento de quatro controles pré-natais, "parto institucional" e controle pós-parto. Beneficia também crianças menores de dois anos, mediante "doze controles integrais de saúde bimensal" (BOLÍVIA, 2023).

Por fim, a *Renta Universal de Vejez - Renta Dignidad*, indicado como a maior política social das últimas décadas (NIEDZWIECKI; ANRIA, 2019). Foi lançado em 2008, e é um programa de transferências destinado a todas as pessoas a partir dos 60 anos de idade. É uma pensão vitalícia não contributiva. A discriminação no valor transferido ocorre caso a pessoa já receba algum tipo de renda ou pensão da "segurança social contributiva" (CEPAL, 2023). O financiamento do programa provém de recursos do Imposto Indireto aos Hidrocarbonetos e dividendos de empresas públicas.

Antes desse programa, os idosos de 65 anos ou mais recebiam anualmente BOV \$1.800 (R\$ 1.236 hoje), no âmbito do programa Bonosol. Embora as políticas sociais tenham se expandido no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997 e 2002-2003), foi com Evo Morales que ocorreu uma transformação mais profunda no regime de proteção social (DIAZ-CAYEROS; ESTÉVEZ; MAGALONI, 2016).

É importante dizer que, embora alguns autores não creditem ao *boom* das *commodities* a razão pela qual os países latino-americanos lograram reduzir os níveis de

desigualdade (FEIERHERD et. al., 2023), em países como a Bolívia - o país que mais reduziu a desigualdade na região -, uma maior receita proveniente dos recursos naturais possibilitou a expansão do gasto social (BUCHSTAB, 2020). É sintomático, por exemplo, que a principal fonte de financiamento do *Renta Dignidad* sejam os impostos advindos da produção e exportação dos hidrocarbonetos.

Após anos de governos progressistas no poder no Brasil e na Bolívia, a política tomou outros rumos. No Brasil, embora Lula tenha se reelegido e conseguido eleger Dilma como presidente em 2010, a popularidade de Rousseff passou a cair em seu segundo governo, e a partir dos protestos de 2013 iniciou-se uma crise de representação advinda de diversos setores da sociedade civil. Em 2016 Temer assumiu o poder após o *impeachment* de Rousseff, adotando uma agenda de centro-direita. Dois anos de governo interino passados, Jair Messias Bolsonaro foi eleito novo presidente do país, com uma agenda radicalmente à direita, representando uma virada radical contrária aos governos do PT e até mesmo à expansão das políticas sociais.

A queda de Morales (e do MAS) se deu por três principais momentos de tensão (RIBEIRO, 2023). O primeiro deles foi o conflito em torno do *Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure* (TIPNIS), em 2012, momento no qual o governo quis construir uma estrada que uniria os municípios de *Villa Tunari (Cochabamba)* e *San Ignacio de Moxos (Beni)*, atravessando o TIPNIS. Comunidades locais se opuseram ao projeto e o governo passou a alegar que essas comunidades estariam contra o desenvolvimento do país. Essa divergência entre governo e comunidades locais marcou a perda de importantes alianças do MAS, e parte dos antigos aliados passou a disputar as eleições através de outros partidos políticos.

O segundo momento de tensão foi o Plebiscito de 2016, movimento realizado por Morales e seu partido para tentar uma reeleição. No Plebiscito, a população votou contra a quarta reeleição de Morales e, mesmo com os resultados desfavoráveis, o MAS lançou a candidatura de Morales. As tensões entre governo, oposição e parte da sociedade civil atingiram seu ápice em 2019, quando foram anunciados os resultados das eleições presidenciais.

Seguiu-se, portanto, o terceiro e maior ponto de tensão: com os resultados divulgados, a oposição, liderada pelo ex-presidente Carlos Mesa e pelo então governador de Santa Cruz, Luis Camacho, passou a denunciar fraudes no processo eleitoral e partes

significativas da sociedade civil e de instituições governamentais, como as Forças Armadas e a polícia, passaram a pressionar pela renúncia do líder eleito. Morales, após críticas diretas das Forças Armadas, foi forçado a renunciar ao cargo.

Jeanine Áñez, até então segunda vice-presidente do Senado, assumiu o governo interino, ocupando o cargo por um ano. Ao ser empossada, Áñez entrou na Assembleia Legislativa com uma bíblia na mão, declarando que "A Bíblia volta ao palácio" (EXAME, 2019). No Brasil e na Bolívia, a partir de 2019, os governos foram de extrema-direita, pautados pelo conservadorismo religioso.

3. **Bolsonaro e Áñez: processos de retração da política social?**

Segundo Huber e Stephens (2012, p. 34) "as mudanças nas distribuições de poder resultantes de mudanças econômicas e organizacionais podem afetar a política social por meio de vários mecanismos diferentes". Esperava-se que, com a virada radical ocorrida no Brasil e na Bolívia, sobretudo a partir de 2018, os projetos políticos mudassem e, por serem de direita, as políticas sociais fossem minimizadas pelos governos.

Segundo os dados disponíveis, a cobertura do Bolsa Família e do *Renta Dignidad*, em termos de gasto total do PIB e população beneficiada, de 2019 em diante não sofreu grandes alterações:

Tabela 1 - Gasto total e população beneficiária dos programas de transferência

Ano	Programa Bolsa Família (Brasil)			Renta Dignidad (Bolívia)		
	Gasto total (% do PIB)	População beneficiada (estimação de pessoas que vivem em lares receptores)	População beneficiada (% da pop. total)	Gasto total (% do PIB)	População beneficiada	População beneficiada (% das pessoas com mais de 65 anos)
2003	0,17%	16.124.195	8,87%	-	-	-
2004	0,29%	29.434.906	16,00%	-	-	-
2005	0,30%	38.968.779	20,94%	-	-	-

2006	0,34%	49.115.238	26,10%	-	-	-
2007	0,34%	49.461.308	26,01%	-	-	-
2008	0,35%	47.288.662	24,63%	1,34%	752.338	90,88%
2009	0,37%	54.494.728	28,11%	1,38%	779.624	91,18%
2010	0,36%	55.344.950	28,28%	1,26%	801.861	90,82%
2011	0,39%	56.884.187	28,80%	1,08%	823.353	90,29%
2012	0,44%	58.158.901	29,18%	0,99%	855.418	90,88%
2013	0,46%	57.888.228	28,79%	1,07%	887.117	91,33%
2014	0,46%	56.513.631	27,87%	1,20%	919.358	91,72%
2015	0,45%	56.244.652	27,51%	1,24%	954.931	92,31%
2016	0,44%	54.762.684	26,56%	1,25%	989.059	92,65%
2017	0,43%	55.808.062	26,85%	1,34%	1.022.548	92,83%
2018	0,43%	57.075.896	27,25%	1,37%	1.063.755	93,59%
2019	0,45%	53.152.566	25,18%	1,54%	1.101.001	93,88%
2020	-	57.605.609	27,10%	1,85%	1.134.948	93,78%
2021	-	59.304.936	27,71%	1,52%	1.123.866	90,25%

Fonte: Base de dados de programas de proteção social não contributiva na América Latina e no Caribe - CEPAL.

Observações: (i) os dados da CEPAL não cobrem o ano de 2022, e nem o ano corrente (2023); (ii) os dados da Bolívia começam a partir do ano 2008 porque o programa em questão foi criado em 2007.

Para analisar os dados acima, é necessário enfatizar que o governo de extrema-direita na Bolívia permaneceu no poder apenas por um ano (outubro de 2019 e outubro de 2020), ano esse condicionado à pandemia do coronavírus. As movimentações realizadas pelo governo Áñez, portanto, foram fortemente influenciadas pelas necessidades que emergiram dado o contexto pandêmico, sobretudo por conta da deterioração econômica dos cidadãos bolivianos.

Importa ressaltar também que os programas aqui analisados possuem diferenças de focalização. Enquanto o Bolsa Família angaria diferentes âmbitos da condição de desigualdade, a Bolívia não possui um programa que unifique essas dimensões. O *Renta*

Dignidad, portanto, possui um foco na pobreza dos idosos, enquanto o Bolsa Família focaliza na pobreza da infância e das famílias.

O governo Lula, por meio do MDS, chegou a beneficiar 55 milhões de pessoas através do Bolsa Família em 2010 e após esse ano, o programa beneficiou 50 milhões de pessoas apenas uma década depois (2021). Entende-se que a estruturação do programa ainda no governo Lula enraizou a política social no próprio arranjo político brasileiro.

Em termos de gasto do PIB, não houve mudanças significativas no caso boliviano. Em 2019 e 2020 (governo Áñez), o gasto foi maior em relação aos anos anteriores. Chama atenção a cobertura do programa, que em 2020 cobria 93,78% da população idosa do país. Houve aumento consecutivo da população beneficiada até o ano de 2020. No caso brasileiro, houve maior flutuação da população beneficiada - o que pode indicar que algumas famílias se beneficiaram economicamente.

No Brasil, o Bolsa Família vinha sofrendo críticas desde o governo de Michel Temer. Embora tenha reajustado o valor do programa um mês depois, em maio de 2018 o MDS retirou 392 mil famílias do programa, realizando o maior corte do programa até então. De acordo com a tabela acima, o número de beneficiários (estimação das pessoas que vivem nos lares receptores) entre 2018 e 2019 passou de 57.075.896 a 53.152.566. É importante considerar, nesse sentido, que caso a pobreza aumente, a diminuição ou constância do número de beneficiados pode indicar que o programa está beneficiando menos as pessoas afetadas pela pobreza.

Bolsonaro, embora tenha sido um histórico crítico do Bolsa Família, abrandou suas críticas, e propôs inclusive um 13º salário no programa em ocasião da pandemia. Posteriormente, substituiu o programa pelo Auxílio Brasil, por meio da Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Elaborado sem a presença de maiores estudos que embasassem a decisão, sem cooperação conjunta com a Academia e sem uma discussão contínua com a sociedade - como se deu no caso da criação do Bolsa Família -, o Auxílio Brasil, de acordo com a lei, ficaria vigente até dezembro de 2023 (BRASIL, 2021).

Esse programa aumentou o valor mensal por domicílio (R\$400) e não por criança³. Descontinuou, portanto, a rede de proteção proporcionada pelo Bolsa Família. Percebe-se uma movimentação de *credit claiming* por parte do governo Bolsonaro. Some-se a isso

³ Em 2023, o novo Bolsa Família passou a pagar R\$ 600,00 por domicílio e um adicional de R\$ 150,00 por crianças de até seis anos e em junho, outro adicional foi criado e paga R\$ 50,00 por criança/jovem entre 7 e 17 anos (BRASIL, 2023).

o fato de seu governo mudar a postura política em relação ao Bolsa Família e deixar de associar o programa à falta de iniciativa dos beneficiários, ou seja, buscar uma "porta de saída" e passar a reivindicar para si o papel de criador de um novo programa de transferência de renda.

Embora discursivamente Bolsonaro tenha defendido a ideia de um Estado mínimo, se deparou com o fato de que o Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda da história do país, criou uma classe de beneficiários que tende a votar pela esquerda. Buscando maximizar seus interesses, isto é, vencer a reeleição, teve de realizar sinalizações a esse público, e não somente reter-se à sua base eleitoral inicial.

Na Bolívia, a relação entre o governo e a política social foi diferente. O governo Áñez não realizou críticas diretas ao *Renta Dignidad*. Na pandemia, a ex-presidente decretou estado de calamidade pública e autorizou de maneira excepcional o pagamento antecipado do 13º do programa aos beneficiários, mediante o Decreto Supremo nº 4303. É possível constatar que a pandemia de coronavírus, sobretudo a incapacidade do governo de conter os contágios, tornou o ambiente político boliviano altamente sensível a processos de desmantelamento de políticas sociais, o que foi notado pelo então governo.

É de suma importância reiterar que ambos os governos de direita se fizeram presentes no momento de maior crise mundial das últimas décadas: a pandemia do coronavírus. Esse fenômeno, por diversos motivos, pressionou os governos a tomarem decisões visando o alívio econômico para pessoas (ou chefes de família) que encontravam-se lesados economicamente. Nesse sentido, é simbólico que tanto Bolsonaro como Áñez tenham convocado o pagamento adiantado do 13º dos dois programas.

Uma estratégia comum aos dois governos foi a politização da pandemia, com nuances diferentes em cada caso. Enquanto no Brasil o governo federal assumiu uma postura negacionista, criando uma narrativa de que os efeitos da pandemia estariam sendo maximizados, se posicionando contra o isolamento social e a favor da volta da "normalidade" (HUR; SABUCEDO; ALZATE, 2021), pois privar o trabalhador comum de sair de casa e ganhar sua renda seria um crime⁴, na Bolívia a pandemia foi encarada

⁴ São numerosas as declarações de Bolsonaro que, além de minimizarem os efeitos dilacerantes da pandemia, colocam em dúvida a eficácia das vacinas produzidas contra a COVID-19. Ao tratar da vacina da Pfizer, Bolsonaro declarou: "Se você virar um jacaré, é problema seu. [...] Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas" (UOL, 2020).

com uma perspectiva alarmista (CASTRO; FUSER, 2021), servindo de base para a adoção de posturas autoritárias, bem como para justificar a continuidade do governo interino.

Observa-se, portanto, que os posicionamentos dos governos de direita frente às políticas sociais se diferenciam nos dois casos analisados. Enquanto no Brasil o Bolsa Família sofreu maiores ataques (retóricos e práticos), como o corte do número de beneficiários e a substituição do programa pelo Auxílio Brasil, na Bolívia o *Renta Dignidad* parece ser mais consensual, já que não foram questionados os efeitos e a eficácia do programa em termos de redução da pobreza.

É possível que essa diferenciação tenha ocorrido dada a diferença temporal dos dois governos, já que Bolsonaro permaneceu no poder por quatro anos e Áñez por apenas um ano. Na Bolívia, depois de convocadas as eleições de outubro de 2020, Luis Arce, correligionário de Morales e ex-Ministro de Economias e Finanças dos governos masistas, foi eleito presidente com um comparecimento às urnas histórico.

Por fim, um outro ponto chama a atenção no que concerne aos governos do PT e do MAS. O PT é tido como um partido programático desde sua ascensão, "e seu crescente sucesso eleitoral pode muito bem ter desencadeado um 'contágio da esquerda'" (HUBER; STEPHENS, 2013, p. 32). De igual maneira, Luján (2020, p. 76) entende que o MAS constituiu um ator de orientação programática, "cujos sinais ideológicos permitiram a formação de um ponto focal que levou ao sucesso eleitoral do MAS". As condições mudaram: ao invés de clivagens étnicas e regionais decidindo os votos da sociedade, a divisão ideológica entre direita e esquerda passou a influenciar o comportamento dos eleitores.

Considerações finais

Uma problemática importante marca a história da América Latina - e evidentemente, de Brasil e Bolívia - no que tange à proteção social. Por serem países exportadores de *commodities*, tendem a expandir o gasto social conforme a receita proveniente dos recursos naturais é aumentada. Assim foi visto nos anos 2000: momento em que governos de esquerda se beneficiaram economicamente pelo *boom* das *commodities* e utilizaram os ganhos financeiros para investir em programas de transferência de renda, como foi nos casos do Bolsa Família e do *Renta Dignidad*.

Embora, em um primeiro momento, essa relação exportação-proteção social possa parecer apenas uma configuração específica - e coerente - da região frente ao mercado mundial, entende-se que, em momentos em que a demanda internacional por *commodities* estiver em níveis mais baixos, bem como em momentos de choques (como foi o da pandemia do coronavírus e agora, de certa forma, a guerra entre Rússia e Ucrânia), é possível que o sistema de proteção social fique comprometido.

Não deixa de impressionar, contudo, a resistência do Bolsa Família e a permanência de sua classe de beneficiários, bem como a aceitação do *Renta Dignidad* pelo governo conservador de extrema-direita que assumiu o poder na Bolívia em 2019. Embora Bolsonaro tenha substituído o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil em 2021, Lula, ao assumir seu terceiro governo em 2023, substituiu este último pela volta do Bolsa Família.

É fato que, desde o começo dos anos 2000, a pobreza diminuiu no Brasil. A desigualdade foi reduzida ao longo dos últimos anos e hoje se encontra em 50 pontos na escala de Gini, abaixo da tendência global (60). Embora o país ainda enfrente desafios em termos de reduções mais radicais da desigualdade e da pobreza e de desconcentração da renda (que permaneceu inalteradamente concentrada ao longo dos governos petistas), a pobreza foi reduzida, sobretudo, por conta de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família que ainda hoje beneficia as famílias brasileiras.

A Bolívia, historicamente um dos países mais pobres da América Latina, passou por um processo de inclusão social e democratização inédito em sua história. A criação do *Renta Dignidad* em 2008 proporcionou transferências mais robustas a setores da população que até então viviam em condições de extrema pobreza.

Como visto, no caso boliviano, o governo de extrema-direita de Jeanine Áñez não buscou dismantlar o *Renta Dignidad*, programa que conforma uma classe de beneficiários importantes para o andamento eleitoral. Aqui, porém, surge um impasse, já que torna-se difícil gerar observações de caráter geral baseadas na análise do período pandêmico. Além disso, o governo Áñez possui duas excepcionalidades quando comparado ao governo Bolsonaro: durou apenas um ano, e esse ano foi altamente impactado pela pandemia. É possível, portanto, que a manutenção do programa social tenha se dado por esses fatores. O desenvolvimento dessa pesquisa – ainda em andamento,

como já salientado – seguirá no sentido de compreender o impacto da pandemia na proteção do *Renta Dignidad*.

Não obstante, os dois programas sociais aqui analisados e as classes de beneficiários criadas por eles, se institucionalizaram e complexificaram ao longo do tempo, se "fixaram" (*stickiness*) no arranjo político-institucional e o custo político da mudança tem sido alto.

Por fim, é importante enfatizar também o papel da sociedade civil na conquista desses programas sociais. Os governos do PT e do MAS marcam, ainda que com diferenças, uma abertura do Estado à participação social. Enquanto no Brasil isso ocorreu principalmente a partir da reorganização partidária da redemocratização, que proporcionou a ascensão de partidos (como o PT) comprometidos com a participação popular no processo de *policy-making*, na Bolívia esse processo foi mais disruptivo, com o colapso do sistema partidário apenas nos anos 2000 e com a efervescência social que marcou a ascensão de Morales e seu partido. Assim como foi no começo dos anos 2000, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil hoje ainda possuem papel fundamental no remodelamento e no aperfeiçoamento das políticas sociais, de forma que elas possam atender às necessidades atuais da sociedade, combatendo de forma mais efetiva as desigualdades.

Referências

BAUER, Michael; KNILL, Christoph. Understanding Policy Dismantling: An Analytical Framework. Em: M. W. Bauer; A. Jordan; C. Green-Pedersen e A. Héritier (eds). *Dismantling Public Policy: Preferences, strategies, and effects*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BEZERRA, Carla. Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, Capítulo 1. 2020.

BICHIR, Renata. Novos instrumentos de coordenação federativa: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 1, n. 1, Jun-Ago/2016, p. 49-78.

BOLÍVIA. Decreto Supremo n. 0066. La Paz, 2009.

<https://www.ilo.org/dyn/travail/docs/1453/DECRETO%20SUPREMO%2066.pdf>

BOLÍVIA. Decreto Supremo n. 28899. La Paz, 2006.
<https://www.minedu.gob.bo/files/ministerio-educacion/Creacion-Unidad-Ejecutora-DSN-28899.pdf>

BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 4303. La Paz, 2020.
https://siip.produccion.gob.bo/repSIIP2/files/normativa_12345_240820201250.pdf

BOLÍVIA. El nuevo modelo económico, social, comunitario y productivo. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. 2011. Disponible em:
<https://www.economiayfinanzas.gob.bo/revista-economia-plural-01-el-nuevo-modelo-economico-social-comunitario-y-productivo.html>

BOLÍVIA. ¿Qué es el Bono Juana Azurduy? Ministerio de Salud y Deportes.
Consultado em 2023. Em: <https://www.bja.gob.bo/index.php/el-bono/que-es-el-bono>

BRASIL. LEI Nº 14.284. 2021. Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm

BRASIL. Decreto 11.566. 2023. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11566.htm

BUCHSTAB, Alisa. Poverty and Inequality Reduction in the Case of Bolivia: What Has Impacted the Reduction during Evo Morales's Administration Period? Master in Economic Growth, Population, and Development. Lund University - School of Economics and management. 2020.
<https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOID=9015241&fileOID=9015243>

CASTRO, Fabio; FUSER, Igor. Bolívia em tempo de pandemia: crise humanitária e conflito político. Ano XX, n. 2, 2021.

CEPAL. Bono Juancito Pinto (2006-). Base de datos de programas de protección social no contributiva en América Latina y el Caribe. Consulta em 2023. Em:
<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=4>

CEPAL. Panorama Social de América Latina y el Caribe - La transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible. 2022.
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48518/1/S2200947_es.pdf

CEPAL. Renta Universal de Vejez "Renda Dignidad" (2008-). Base de datos de programas de protección social no contributiva en América Latina y el Caribe. Consulta em 2023. Em:
<https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=42#:~:text=La%20Renta%20Dignidad%20es%20una,de%2065%20a%C3%B1os%20o%20m%C3%A1s.>

DIAZ-CAYEROS, A.; ESTÉVEZ, F.; MAGALONI, B. Poverty Relief in Latin America. In: DIAZ-CAYEROS, A.; ESTÉVEZ, F.; MAGALONI, B. The Political Logic of Poverty Relief - Electoral Strategies and Social policy in Mexico. Cambridge

University Press. 2016. (<https://www.cambridge.org/core/books/abs/political-logic-of-poverty-relief/poverty-relief-in-latin-america/48DAB1CEE3DE70561889137C4CFCDDDD>)

CEPAL. CEPALSTAT - Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Consulta em 2023. Em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. In: Lua Nova, No. 24. 1991.

EXAME. A Bíblia volta ao Palácio: poder político cristão ganha força na Bolívia. 2019. Em: <https://exame.com/mundo/a-biblia-volta-ao-palacio-poder-politico-cristao-ganha-forca-na-bolivia/>

FEIERHERD, Germán; LARROULET, Patricio; LONG, Wei; LUSTIG, Nora. The Pink Tide and Income Inequality in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 65(2), 110-144. 2023. doi:10.1017/lap.2022.47

FREITAS, Caroline; AMARAL, Aiko. Desafios da democracia intercultural na Bolívia: entre o projeto plurinacional e a regulamentação da prática eleitoral. Em: GONZALEZ, M.; IAMAMOTO, S.; CRUZ, D. (Orgs). *Democracia na América Latina 2: descolonização, territórios e horizontes*. Feira de Santana: Editora Zarte; Argentina: CLACSO, 2019.

HUBER, Evelyne; STEPHENS, John. *Democracy and the Left. Social policy and inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press. Capítulo 2 (Theoretical Framework and Methodological Approach). 2013.

KERSTENETZKY, Celia. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: v. 36, julho de 2017.

LUJÁN, Diego. *Ideological Vote and Electoral Performance of the Bolivian MAS, 2002-2014*. Cambridge University Press, 2020.

MARIÑELARENA, Rebeca P. Bolívia há doze anos do processo de mudança: desafios, apostas e riscos. In: SANTOS, R. et al (Orgs.) *América Latina na encruzilhada*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, pp. 109-129.

MELTZER, A. H. and RICHARD, S. F. A Rational Theory of the Size of Government, *Journal of Political Economy*, 89, pp. 914-27. 1981.

MILANOVIC, Branko. The Great Convergence: Global Equality and Its Discontents. July/August 2023. <https://www.foreignaffairs.com/world/great-convergence-equality-branko-milanovic>

NIEDZWIECKI, Sara; ANRIA, Santiago. *Participatory Social Policies: Diverging Patterns in Brazil and Bolivia*. Cambridge University Press: University of Miami, 2019.

PIERSON, Paul. Coping with Permanent Austerity: Welfare State Restructuring in Affluent Democracies, in: PIERSON, P. (ed.). *The New Politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

RIBEIRO, Alina. *Prática Democrática na Bolívia contemporânea: indo além das concepções hegemônicas?* Orientador: Roberto Goulart Menezes. 2023. 100p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. No prelo.

SKOCPOL, Theda. *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*. Cambridge, MA: Harvard University Press, Introduction, p. 1-62. 1992.

SOUZA, Pedro et al. *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2019. Em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf

UOL. Bolsonaro sobre vacina de Pfizer: 'Se você virar um jacaré, é problema de você'. 18/12/2020. Em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce.htm>